



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**MEIO AMBIENTE E SOBREVIVÊNCIA ECONÔMICA NO BAIXO SÃO FRANCISCO: O
PAPEL DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO E DA ONG
CANOA DE TOLDA**

Cristiane Montalvão Guedes

cristianemontalvao@yahoo.com.br

Universidade Federal de Sergipe/ Instituto Federal de Sergipe

Brasil

Tania Elias Magno da Silva

taniamagno@uol.com.br

Universidade Federal de Sergipe

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Resumo

A constante não observância, pelas agências governamentais brasileiras, da Lei 9.433/97, que dispõe sobre os usos múltiplos da água no Brasil, tem refletido na sobrevivência de ribeirinhos que moram às margens do rio São Francisco, despertando a preocupação da ONG Canoa de Tolda e do CBHSF. Ao mesmo tempo, emergem conflitos entre estas entidades que tendem a enfraquecer a luta pelo gerenciamento equitativo da água fluvial. As alterações na fisionomia do rio foram ocasionadas por mais de 40 anos de ações governamentais a favor de um modelo de desenvolvimento com o intuito de colocar em prática o “Nordeste para os anos 2000”, dentro do *slogan* “Brasil Grande Potência”; o que terminou contemplando os setores agroindustrial e energético em detrimento dos mais desfavorecidos. A infraestrutura pretendida para a região estava direcionada ao aproveitamento hidráulico necessário à movimentação das turbinas de grandes usinas hidrelétricas, construídas ao longo da bacia, sobretudo, no período militar (1964-1985). O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) e a ONG Sociedade Socioambiental Canoa de Tolda são entidades que se propõem a reivindicar a recuperação da paisagem hídrica e o uso mais justo da água desta bacia hidrográfica, buscando mediar, inclusive, as atuais regularizações do fluxo e defluxo do rio, autorizadas pelas agências governamentais em prol da indústria elétrica, a qual utiliza como argumento as condições climáticas adversas. Sem desconsiderar o fator pluviométrico, esta comunicação leva em conta a necessidade de uma melhor gestão dos recursos hídricos e apresenta resultados parciais de um estudo maior sobre navegação e *modus vivendi* dos ribeirinhos no Baixo São Francisco. O objetivo da comunicação é analisar o papel do CBHSF e da ONG Canoa de Tolda nos conflitos de uso da água, observando os direcionamentos acerca da gestão dos recursos hídricos do São Francisco, e o porquê das divergências na concretização, a despeito de interesses comuns, das suas propostas socioambientais, especificamente, que venham a beneficiar à região do Baixo São Francisco. O estudo respalda-se na análise de documentos produzidos pelo Comitê, pela ONG Canoa de Tolda, os veiculados por agências governamentais, e de depoimentos de ribeirinhos moradores do trecho baixo do “Velho Chico”, como é chamado carinhosamente o rio pela população ribeirinha.

Palavras chave: Sociologia. Conflitos Socioambientais. Rio São Francisco.

Abstract

The constant failure of Brazilian government agencies to comply with Law 9.433 / 97, which deals with the multiple uses of water in Brazil, has reflected on the survival of riverine people living on the banks of the São Francisco River, arousing the concern of the NGO Canoa de Tolda and CBHSF. At the same time, conflicts emerge between these entities that tend to weaken the struggle for the equitable management of river water. The changes in the physiognomy of the river were caused by more than 40 years of government actions in favor of a development model with the intention of putting into practice the "Northeast for the years 2000", within the slogan "Brazil Grande Potência"; which ended up contemplating the agroindustrial and energy sectors to the detriment of the most disadvantaged. The required infrastructure for the region was directed to the hydraulic utilization necessary to move the turbines of large hydroelectric plants built along the



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

basin, mainly during the military period (1964-1985). The São Francisco River Basin Committee (CBHSF) and the NGO Sociedade Socioambiental Canoa de Tolda are entities that intend to claim the recovery of the water landscape and the fairer use of the water in this basin, seeking to mediate the current regulating the flow and flow of the river, authorized by government agencies in favor of the electric industry, which uses adverse climatic conditions as an argument. Without disregarding the pluviometric factor, this communication takes into account the need for a better management of water resources and presents partial results of a larger study on navigation and *modus vivendi* of the riverside in the Lower São Francisco. The objective of the communication is to analyze the role of the CBHSF and the NGO Canoa de Tolda in the conflicts of water use, noting the directives about the management of water resources of the São Francisco, and the reason for the divergences in the concretization, in spite of common interests, of its socio-environmental proposals, specifically, that will benefit the region of Baixo São Francisco. The study is based on the analysis of documents produced by the Committee, the NGO Canoa de Tolda, those sent by government agencies, and from the testimonies of river dwellers living in the low section of the "Velho Chico", as the river is affectionately called by the riverside population.

Keywords: Sociology. Socio-environmental Conflicts. São Francisco River.

I. Introdução

A presente comunicação analisa a atuação Comitê da Bacia hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) e da ONG Sociedade Socioambiental Canoa de Tolda acerca dos usos múltiplos das águas da Bacia Hidrográfica do São Francisco e, em especial, no Baixo São Francisco. Dentro desta análise, busca-se entender em que medida estas entidades se opõem, mesmo posicionando-se a favor da referida bacia hidrográfica. O texto adota como base empírica a análise de documentos produzidos pelo Comitê, pela ONG Canoa de Tolda, por agências governamentais, e depoimentos de ribeirinhos, trazendo resultados parciais de um estudo maior de doutoramento que envolve a navegabilidade e o *modus vivendi* dos ribeirinhos no Baixo São Francisco, trabalho vinculado ao Grupo de Pesquisa "Itinerários intelectuais, Imagem e Sociedade (GEPIS)" da Universidade Federal de Sergipe, Brasil.

Como posicionamento analítico, partimos de que há uma má gestão dos recursos hídricos no Brasil (sem desconsiderar as mudanças climáticas cada vez mais intensas), o que afeta o papel da ONG Canoa de Tolda e do CBHSF, agravando as diferenças entre estas duas entidades. Toma-se



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

como foco para entendimento da atuação das entidades a transposição do rio São Francisco e a promessa de revitalização do Governo Federal.

Como se já não bastassem mais de 40 anos de interferências no curso do rio São Francisco, com a construção de hidrelétricas que se tornaram grandes causadoras dos impactos ambientais, atualmente as agências governamentais vêm continuamente controlando o fluxo de descida e subida da vazão do rio, prejudicando seu ciclo natural. Enquanto isto, a transposição das suas águas é considerada pelo poder público como meio de abastecer a população de Estados nordestinos castigados pela seca. Por conseguinte, o rio São Francisco tem cada vez mais convivido com o baixo nível fluviométrico.

II. A problemática hídrica no Brasil

Em 2001, O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, criado através de decreto presidencial de 05 de junho de 2001, estabeleceu como vazão mínima o volume de 1.300 m³/s (mil e trezentos metros cúbicos por segundo) (Nascimento; Ribeiro Júnior & Aguiar Netto, 2013). No entanto, para atender ao setor elétrico, o rio passou a ser cada vez mais alvo de regularizações ao ponto de atingir, em 2017, o patamar de 580 m³/s. As determinações da ANA (Agência Nacional das Águas) são postas em prática pela CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), de acordo com a demanda apontada pela ONS (Operador Nacional do Sistema – Setor Elétrico)¹. Como consequência, agravam-se os impactos ambientais, os quais remontam à construção de grandes barragens ao longo da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

Esses barramentos para instalação de usinas hidrelétricas (Três Marias, em Minas Gerais, Sobradinho, na Bahia, Itaparica, entre os Estados de Pernambuco e da Bahia, e Xingó, entre os Estados de Alagoas e de Sergipe (SILVA, 2003),) foram construídos, principalmente, no período militar (1964-1985), visando a integrar o Nordeste ao restante do país a partir da exploração hidráulica. O foco era preparar o “Nordeste para os anos 2000”, programa inserido no *slogan* “Brasil Grande Potência” (Silva, 2003). As obras demonstravam a convivência com um modelo de

¹ Ribeiro Júnior, C. E. & Andrade, P. P. de (2009, março/abril). *A Margem*. Brejo Grande, Sergipe



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

desenvolvimento baseado na busca desenfreada pelo progresso tecnológico-industrial que vê a natureza apenas através de suas funções (Arruda, 2008).

Uma leitura sobre o que Ulrich Beck (2016) fala a respeito da sociedade de risco permite perceber o quanto as decisões tomadas pelo poder público expõe a natureza e, por conseguinte, a sociedade ao risco, mesmo que atitudes carreguem a promessa de evitar ou amenizar problemas de grande proporção, como se afirmava na época das construções a necessidade de conter a seca do Nordeste do Brasil. Para o autor, os riscos de hoje são característicos da segunda modernidade ou modernidade reflexiva, e derivam do auge da fase de intensa industrialização da primeira modernidade ou modernidade clássica, resultando na elevação dos impactos ambientais face ao progresso tecnológico. Os riscos correspondem a possibilidades futuras que ameaçam o meio ambiente e a sociedade (Beck, 2015; 2016).

No Brasil, o sistema elétrico é interligado, por isso a montagem de infraestrutura energética com o potencial hídrico do São Francisco beneficiaria as indústrias do Centro-Sul. As condições climáticas adversas no Sudeste do país impedem o enchimento do seus reservatórios, significando operacionalizações nas usinas hidrelétricas de outras regiões, comprometendo o fluxo d'água para outros usos do rio, incluindo o dele próprio. Nesta situação se encontra o rio São Francisco, principalmente desde os baixos índices pluviométricos no Sudeste e Nordeste de 2012, de acordo com o informativo da ANA de 2014; situação se visualizada pela ótica de Beck (2015; 2016) pode significar um cenário de risco que caminha para um rio sem água.

O que vem sendo evidente é que as agências governamentais gerenciam os recursos hídricos para setores específicos, como da indústria energética, negligenciando os usos múltiplos da água mesmo sob a determinação legal. Pela Lei 9.433/1997:

Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

I - a água é um bem de domínio público;

II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;

III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;

IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; [...]



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades².

O dispositivo legal deixa claro que a prioridade do uso da água é o consumo humano e animal em momento de escassez, não privilegiando o setor energético. O setor energético se insere nos usos múltiplos da água, assim como a irrigação, navegação, entre outros usos. Qualquer instabilidade climática, que vem sendo agravada pelo próprio homem, atinge a ricos e pobres, como num efeito bumerangue de que fala Beck (2016).

Todavia, a forma como se gerencia a água tende a não beneficiar a maioria da população. Ribeirinhos do Baixo São Francisco sofrem dificuldades para a sobrevivência através da pesca e da navegação diante das reduções do fluxo do rio, além de estarem sujeitos a danos à saúde pelo consumo de água salobra, pois tais reduções facilitam a entrada do mar na região de deságue do São Francisco, como previa e denunciava a ONG Canoa de Tolda há anos, a qual atua na área desde há década de 1990.

De acordo com Richter (2015), para a gestão dos recursos hídricos o poder público precisa “ler” o que está se passando com a natureza, conectando-a à sociedade. A questão hídrica, dessa forma, envolve mudanças no clima, crescimento populacional, entre outros aspectos, que devem ser contabilizados na hora de reservar e distribuir a água. Não se tem em mente que o consumo de água pelo mundo sextuplicou no século XX e que não se pode gastar mais do que a natureza oferta. O rio é também um usuário que precisa ter sua cota para se recompor (Richter, 2015).

III. A luta pela água: a atuação do CBHSF e da ONG Canoa de Tolda

O rio São Francisco drena 639.219 Km² e divide-se em: Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco. A região do Baixo São Francisco, onde se localiza a foz entre os Estados de Sergipe e Alagoas (Brasil), é a área mais prejudicada por estar à jusante das barragens hidrelétricas,

² Brasil. Lei n.º 9.433, de 08 de janeiro de 1997. (2015, 20 de junho). *Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos [...] Recuperado em 20 de junho de 2015 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm.*



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

recebendo a carga dos problemas ambientais provocados pela mudança no fluxo natural do rio (Silva, 2003).

Os danos ambientais aumentam continuamente com o início do desvio, em 2017, do curso d'água do São Francisco para o Nordeste Setentrional (Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte), área marcada pela seca³. Mesmo projetando um desvio de 3,5% de vazão para bacias receptoras, que aparentemente é pequeno, qualquer quantidade de água retirada do referido rio já comprometeria o abastecimento da sua população ribeirinha e o seu uso múltiplo, como se posiciona a ONG Canoa de Tolda. Para por em prática a transposição do rio São Francisco são feitos cálculos por especialistas que se apresentam como incoerentes, sob a perspectiva da sociedade e de entidades civis. Segundo estudo exposto por Castro (2011), divulgado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o rio São Francisco possui 360 m³/s que podem ser usufruídos, sendo que 335 m³/s já estão alocados, valor este que se soma aos 25 m³/s para a transposição das águas do referido rio.

A transposição integra o Plano do São Francisco, criado a partir do Grupo Interministerial e coordenado pela vice presidência da República, abrangendo o Programa de Revitalização, o qual tem como conteúdo a sustentabilidade socioambiental. Entre as metas, estão as ações para o saneamento básico, a recuperação da nascente do rio, o plantio de mudas às suas margens, o estímulo à navegação e a recuperação da foz (Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, 2004).

É importante lembrar que jamais o povo da Bacia negaria água para solidariamente compartilhar com quem passa sede. Mas o que se percebe com um pouco de atenção à proposta do Projeto é que essa água que se pretende levar não se destina ao abastecimento das comunidades que não têm acesso à água. O projeto se destina aos usos industriais, criação de camarão no Rio Grande do Norte, ao agronegócio e outras finalidades econômicas para beneficiar somente os grandes⁴.

³ Brasil. Ministério da Integração Nacional (2004, julho) (2017, 12 de novembro). *Relatório de Impacto ambiental: Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional*. Recuperado em 12 de novembro de 2017 em <http://www.integracao.gov.br/documents/10157/3678963/Rima+-+Relat%C3%B3rio+de+Impacto+Ambiental.pdf/4324863d-cbff-4522-9bd0-eab9d34b8fe2>

⁴ Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. (2005). *Conflito de Uso das Águas do Rio São Francisco para o Projeto de Transposição*. Processo 001/2004 Parecer CTIL/CBHSF – OO1/2005. Recuperado em 24 de setembro de 2017 de <http://cbhsaofrancisco.org.br/wp-content/uploads/2015/08/PARTE-2.pdf>, p. 63.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Com a transposição, os ribeirinhos também demonstravam há mais de uma década o quanto o desvio de 26 m³/s seria prejudicial, pois na realidade era um projeto que comprometeria o acesso à água da maioria dos usuários do São Francisco para beneficiar os grandes empresários, como se percebe com a citação acima.

Alguns fatos são dignos de nota. Desde 2012, o informativo da ANA de 2014 confirma a presença de períodos de escassez pluviométrica que atinge não somente o Nordeste, como o Sudeste do país, como dito anteriormente. Não se está desconsiderando a mudança climática dos últimos anos, mas atribui-se à inoperância da gestão dos recursos hídricos pelas agências governamentais como fator primordial pela insegurança hídrica que coloca em situação de risco a maioria da população ribeirinha à mercê da inexistência, em várias localidades às margens do São Francisco, de infraestrutura para o saneamento e da falta de água uma vez presa nos reservatórios.

Outro fato a considerar é o interesse do Governo Federal em transpor água do rio Tocantins para o São Francisco. Esta proposta ratifica o que vem sendo dito: que o rio São Francisco já não tinha água suficiente para abastecer o Nordeste Setentrional. Agora tenta-se amenizar um erro com outro. Como falar em transposição do rio Tocantins se este também convive com baixo nível d'água em virtude da perda de força do aquífero Urucuaia, o qual também abastece o São Francisco? Os motivos estão na carência dos rios voadores que eram provenientes da Amazônica, devido ao desmatamento, e no uso excessivo pelo agronegócio que compacta o solo⁵.

Está faltando água no São Francisco não só para as comunidades beiradeiras, mas a falta de água inviabilizou a hidrovia do São Francisco, diminuiu a geração de energia e está faltando água até para os perímetros irrigados já instalados. Então, começou a bater o desespero também no setor econômico, naqueles que mais ganham com as águas do Velho Chico⁶.

⁵Malvezzi, R. *A insana transposição do Rio Tocantins* (2017, 4 de setembro) . Recuperado em 19 de setembro de 2017 de <https://outraspalavras.net/blog/2017/09/04/a-insana-transposicao-do-rio-tocantins>.

⁶Malvezzi, R. *A insana transposição do Rio Tocantins* (2017, 4 de setembro) . Recuperado em 19 de setembro de 2017 de <https://outraspalavras.net/blog/2017/09/04/a-insana-transposicao-do-rio-tocantins>



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Pela citação, a transposição do rio Tocantins demonstra a preocupação dos setores energético e do agronegócio de que a continuidade da baixa pluviosidade prejudique suas atividades ao ponto das atuais operacionalizações não serem suficientes aos seus propósitos.

Segundo ex-Consultora do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), quanto à transposição do rio São Francisco, estando a situação posta, resta à instituição minimizar os impactos, colocando em prática ações de revitalização. Ações estas que são criticadas pela Sociedade Canoa de Tolda, pois tanto o poder público como o CBHSF limita-se ao plantio de mudas em quantidade insuficiente para a recuperação das margens do rio, carecendo de medidas mais robustas, como o reflorestamento da caatinga no Baixo São Francisco.

Tem-se um rio assoreado que se agrava com as regularizações no fluxo de descida e subida do nível do São Francisco e uma população que convive com a diminuição da exploração pesqueira e com dificuldades de navegação, inclusive, por embarcações de pequeno porte (Nascimento; Ribeiro Júnior & Aguiar Netto, 2013).

O Rio está morrendo! Com isso se pretende denunciar que em quantidade e qualidade as águas do Rio não são mais como antes. Os peixes e demais componentes da biota já vêm desaparecendo de forma acelerada. E junto com o rio os pescadores e pescadoras também estão perdendo a sua força de qualidade de vida. Antes não tinha o desenvolvimento de hoje, mas certamente se tinha vida⁷

A citação lembra que a sociedade persegue o progresso técnico, mas que não contempla a todos. Prova disto é que o modelo de desenvolvimento que foi levado para o Baixo São Francisco a partir, sobretudo, dos anos de 1970 (Silva, 2003), era em prol do agronegócio e da indústria energética, tendo sido erguida uma cascata de barragens que refletem suas consequências até hoje, e que as operacionalizações não param de degradar o ecossistema fluvial.

⁷Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. (2005). *Conflito de Uso das Águas do Rio São Francisco para o Projeto de Transposição*. Processo 001/2004 Parecer CTIL/CBHSF – OO1/2005. Recuperado em 24 de setembro de 2017 de <http://cbhsaofrancisco.org.br/wp-content/uploads/2015/08/PARTE-2.pdf>, p. 63.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O CBHSF admite que existam localidades, situadas à beira do rio, que estão sendo abastecidas por “carros pipa”; afirmando que “o povo do São Francisco passa sede enquanto há a transposição”⁸. Para o Comitê de Bacia, os recursos recebidos por meio da outorga da transposição são destinados à recuperação da bacia hidrográfica; no entanto alega que o valor está aquém do que é realmente necessário para uma efetiva revitalização⁹ em longo prazo.

Mesmo assim afirma ter desenvolvido ações hidroambientais, com o plantio de 81.000 mudas que venham a compor a mata ciliar, readequado várias estradas, onde foram construídas as chamadas “barraginhas” para o controle do processo erosivo, além de ter estado à frente da atualização do Plano de Bacia (2016-2025).

Novamente podemos nos referir ao descompasso com a forma de pensar da ONG. Para ela, a função do CBHSF é garantir que o “manancial tenha água. Isso é gestão das águas”¹⁰, e não o desvio de ações para conservação de estradas, por exemplo, devendo fazer valer a equidade no uso das águas que não seria sua função.

O Comitê de Bacia é um órgão colegiado previsto na Lei 9.433/1997¹¹. Não é espaço ou deveria não ser para jogos políticos, devendo dar voz a empresários, órgãos públicos, sociedade civil e usuários, visando ao direito difuso de uso da água, configurando-se como outra crítica da ONG Canoa de Tolda ao CBHSF, a qual afirma que a entidade vem atendendo ao empresariado voltado para o agronegócio e produção energética, seguindo determinações de agências

⁸ Informação obtida em Audiência Pública, realizada em Canindé (SE), em 14 de setembro de 2017.

⁹ “No âmbito do MMA (Ministério do Meio Ambiente), o Programa de Revitalização da Bacia do rio São Francisco foi criado em 2004, envolvendo o Ministério da Integração Nacional, dentre outros. Entre os principais parceiros, destacam-se a Codevasf, a ANA, o Ibama, Universidades Federais e o CBHSF. Com prazo de execução de vinte anos, é uma política pública de articulação e integração permanente que deveria envolver muito mais a população local e os governos federal, estadual e municipal (CBHSF, 2017; informação obtida junto à ex consultora do CBHSF, em texto não publicado, 2017)”. Trecho extraído de artigo apresentado na Sociedade Brasileira de sociologia, em Brasília, julho de 2017 (Silva e Guedes, 2017).

¹⁰ Informação obtida junto ao Presidente da ONG Canoa de Tolda, Carlos Eduardo Ribeirinho Júnior, em 04 nov. 2017.

¹¹ Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. (2017, 15 de novembro). O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Recuperado em 15 de novembro de 2017 de <http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/o-cbhsf/o-que-e-um-comite-de-bacia/>.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

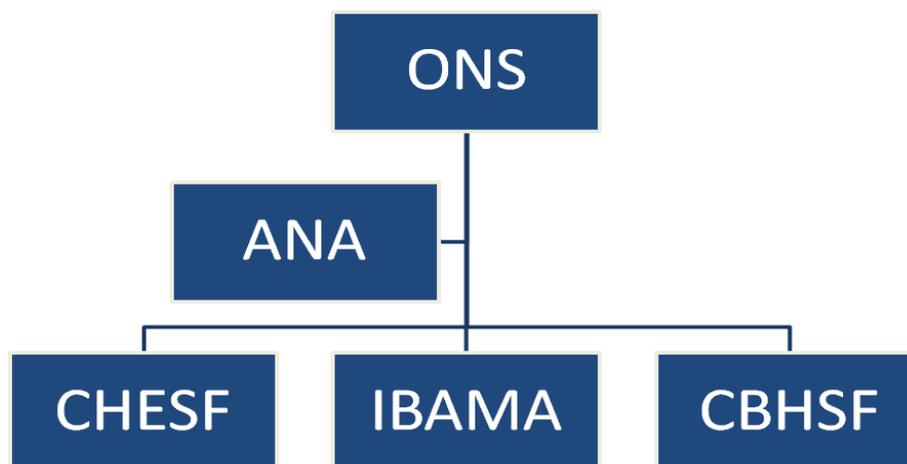
3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

governamentais como ONS e ANA, com aval do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). A Figura 1 ilustra o que na prática ocorre no gerenciamento do potencial hídrico do São Francisco.

Figura 1



Fonte: elaborada pela autora com base nos dados de Ribeiro Júnior & Andrade (2009.)

Ainda que o comitê tenha denunciado impactos ambientais, existe a visão de um órgão que efetivamente não põe em prática seu caráter descentralizado e participativo, pois seu papel deve coadunar-se com “A proposta de gestão a partir da bacia hidrográfica, [que] demanda dos comitês um amplo leque de relações com os grupos de interesses” (Jacobi, 2010, p. 73). A questão é que sendo um órgão de decisão não tem se posicionado como tal e suas críticas e sugestões apresentando-se muitas vezes como “letra morta” na relação com agências governamentais.

As críticas ao comitê não partem apenas da ONG Canoa de Tolda, sendo percebidas na fala de ribeirinho: “Por que não fez nada para parar a transposição? Peço que se faça algo”¹². O depoimento demonstra que a população acredita que as reivindicações para participarem do Conselho Gestor do Sistema do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias

¹² Audiência Pública realizada em Canindé (Sergipe) em 14 de setembro de 2017.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Hidrográficas do Nordeste Setentrional (CGSGIB) não foram suficientes, além do órgão ter aceitado como questão política já consolidada.

Para o diagnóstico dos danos ambientais, a referida ONG se vale de campanhas de navegação que resultam em relatórios técnicos elaborados em 2013, 2014 e 2015, constatando o aparecimento de “croas”, que demonstram o quanto o rio está assoreado, prejudicando, inclusive, a sua navegabilidade, atividade tradicional no Baixo São Francisco.

A continuidade da regularização do rio tem aumentado este impacto, estimulando a ONG a continuar o registro dos danos socioambientais, através do informativo ‘Pelas Carreiras’, com intuito de alertar à sociedade, cobrar do CBHSF e das agências governamentais atitudes a respeito. Os maiores prejudicados são os moradores das margens do rio São Francisco, principalmente aqueles que precisam navegar para a sobrevivência, seja transportando pessoas e mercadorias, seja utilizando as embarcações para a pesca.

Além das campanhas de diagnóstico socioambiental no Baixo São Francisco, mencionadas acima, existe a preocupação da Canoa de Tolda, criada em 1998, em reflorestar a região ainda que se depare com dificuldades na concretização do seu principal objetivo: restaurar áreas de caatingas até 2035¹³, pois desde a suspensão de fornecimento de mudas pela CHESF, em 2016, a Reserva Mato da Onça (RMO), pertencente à ONG, vem apenas contando com a coleta de espécies do que restam de caatinga na área. Fato que vai de encontro à proposta do órgão governamental ao divulgar seu apoio à revitalização, uma vez que mantém viveiro florestal, cujas mudas nativas devem destinar-se à comercialização (Silva e Guedes, 2017).

IV. Considerações finais

O país tem convivido com uma crise climática desde 2012, porém evidencia-se que uma crise maior está no gerenciamento dos recursos hídricos pelo poder público ao beneficiar o setor energético em detrimento dos outros usos da água. Não adianta instituir os usos múltiplos da água

¹³ Sociedade Canoa de Tolda. (2016, Julho). *Pelas Carreiras*, n.º 014.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

sem seu cumprimento, em total desrespeito à legislação brasileira, dando margem à sociedade a criticar as ações de órgãos governamentais que têm atuado no meio ambiente com promessas à sociedade e ações supérfluas.

Outro aspecto a considerar é que comitês de bacias são órgãos para salvaguardar os usos múltiplos da água, devendo atender aos diversos usuários com representação neste colegiado. No entanto, no caso do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco torna-se falha a cobrança que se faz junto ao Governo Federal, denotando um esvaziamento do seu papel. São os próprios ribeirinhos que atestam tal fato, bem como a ONG Canoa de Tolda, cujos membros são também beiradeiros que se fixaram na região há 20 anos para atuar na preservação e recuperação ambiental e, conseqüentemente, contribuindo na sobrevivência de pescadores, barqueiros e pequenos produtores ruarais.

Não se quer dizer com este posicionamento que o CBHSF esteja totalmente inerte quanto à questão ambiental, mas que precisa ser mais proativo e direcionar suas ações para uma gestão mais equitativa. Além disso, deve estar mais presente junto aos ribeirinhos, somando esforços para a recuperação do Baixo São Francisco.

Para que a ONG Canoa de Tolda possa também ver suas ações renderem saldo mais positivo, necessita apoio, não somente das agências governamentais, como do próprio CBHSF. O que a ONG se resente é do seu isolamento forçado na atuação para recuperar o rio São Francisco. São anos de atuação com dificuldades de operacionalizar e mesmo assim pretende até 2035 o restauro da caatinga na região. Período bastante distante em virtude da carência de apoio, como pelo processo natural do ecossistema que demanda longo tempo.

V. REFERÊNCIAS

Agência Nacional das Águas (2015, 14 de junho). *Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: informe 2014*. Recuperado em 14 de junho de 2015 de <http://www.ana.gov.br/>.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Arruda, G. (2008). Apresentação: a natureza dos ríos e os territórios. In: Arruda, G. (org.). *A natureza dos ríos: história, memória e territórios*. Curitiba: Editora UFPR.

Beck, U. (2015). *Sociedade de risco mundial: em busca da segurança perdida*. Tradução de M. Toldy e T. Toldy. Lisboa: Edições 70.

_____. (2016). *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Tradução de Sebastião Nascimento. 2ª. Reimpressão. São Paulo: Editora 34.

Brasil. *Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997*. (2015, 20 de junho). *Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos [...] Recuperado em 20 de junho de 2015 de* http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm.

Brasil. Ministério da Integração Nacional (2004, julho) (2017, 12 de novembro). *Relatório de Impacto ambiental: Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional*. Recuperado em 12 de novembro de 2017 em <http://www.integracao.gov.br/documents/10157/3678963/Rima+-+Relat%C3%B3rio+de+Impacto+Ambiental.pdf/4324863d-cbff-4522-9bd0-eab9d34b8fe2>.

Castro, C. N. de. (2011). *Transposição do rio São Francisco: análise de oportunidade do projeto*. Rio de Janeiro: IPEA. Recuperado em 13 de novembro de 2017 de http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1418/1/TD_1577.pdf.

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. (2005). *Conflito de Uso das Águas do Rio São Francisco para o Projeto de Transposição*. Processo 001/2004 Parecer CTIL/CBHSF – OO1/2005. Recuperado em 24 de setembro de 2017 de <http://cbhsaofrancisco.org.br/wp-content/uploads/2015/08/PARTE-2.pdf>, p. 63.

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. (2017, 15 de novembro). *O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco*. Recuperado em 15 de novembro de 2017 de <http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/o-cbhsf/o-que-e-um-comite-de-bacia/>.

Jacobi, P. (2010, janeiro/julho). Aprendizagem social, desenvolvimento de plataformas de múltiplos atores e governança da água no Brasil. In: *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v.7, n.1, p. 69-95.

Malvezzi, R. *A insana transposição do Rio Tocantins* (2017, 4 de setembro) . Recuperado em 19 de setembro de 2017 de <https://outraspalavras.net/blog/2017/09/04/a-insana-transposicao-do-rio-tocantins>

Nascimento, M. C. do; Ribeiro Júnior, C. E. & Aguiar Netto, A. de O. (2013). *Relatório técnico da campanha de avaliação das mudanças socioambientais decorrentes da regularização das vazões no baixo rio São Francisco*. Maceió, Alagoas.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Ribeiro Júnior, C. E. & Andrade, P. P. de (2009, março/abril). *A Margem*. Brejo Grande, Sergipe.

Ribeiro Júnior, C. E. & Santos, D. F. dos. (orgs.) (2014). *A navegação de longo curso no trecho Baixo do Rio São Francisco em regime de redução de vazões de defluência a partir de Sobradinho*. Brejo Grande, Sergipe: Canoa de Tolda.

_____ (2015). *A navegação de longo curso no trecho Baixo do Rio São Francisco em regime de redução de vazões de defluência a partir de Sobradinho: navegações em janeiro a abril de 2015*. Brejo Grande, Sergipe: Canoa de Tolda.

Richter, B. (2015). *Em busca da água: um guia para passar da escassez à sustentabilidade*. Tradução de M.B. de Medina. São Paulo: Oficina de Textos.

Silva, T. E. M. da. (2003). Cap. 5. Irrigação, desenvolvimento rural e meio ambiente: a ação da CODEVASF no Baixo Sergipano. In: Silva, T. E. M. da & Lopes, E. S. A. (orgs.). *Múltiplos olhares sobre o semiárido nordestino: sociedade, desenvolvimento, políticas públicas* (pp 99-156). Aracaju, Sergipe: Fundação de Amparo à Pesquisa de Sergipe.

Silva, T. E. M. da e Guedes, C. M. (2017). *A atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco e da ONG Canoa de Tolda no Baixo São Francisco*. Texto apresentado na Sociedade Brasileira de Sociologia, em Brasília, julho de 2017.

Sociedade Canoa de Tolda. (2016, Julho). *Pelas Carreiras*, n.º 014.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio